

Luciana Esmeralda Ostetto**

INTRODUÇÃO

Em trabalho anteriormente realizado - "Imagens da infância no Brasil escravocrata"¹, dizíamos que, com o advento do Império e no seu transcorrer, aconteceram mudanças na organização familiar e, conseqüentemente, na concepção de infância.

Os valores cultivados com a nascente urbanização, a vida social nos salões, o nacionalismo que apenas se esboçava faziam parte da constituição de uma "nova" imagem infantil. Concorre para tanto a ação de um novo saber, indício de mudanças da sociedade patriarcal brasileira - o saber médico que, tornando-se aliado do Estado que se erguia, vai "trabalhar" no sentido da necessária organização e normatização da cidade.

O alvo da ação higienista era a família da elite - aquela que daria os "frutos" para a constituição de uma "raça varonil", necessários dirigentes da nação. O que se elevava como objetivo eram a preservação da vida e a moralização dos costumes, sem o que a manutenção do Estado centralizador colocava-se em perigo.

* Monografia apresentada para avaliação da disciplina Educação Brasileira Contemporânea II, março de 1989.

** Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos.

Estas práticas são desencadeadas numa estrutura agrária e escravocrata onde a questão da formação das elites dirigentes colocava-se centralmente. Em contrapartida, os desvalidos da sorte - e do trabalho, recebem uma ação caritativa ou filantrópica de alguns "homens de bem". O Estado não se ocupava desse contingente, a não ser reprimindo a vadiagem, que tanto mais crescia nesse final de século XIX.

Nesse contexto a criança ganha importância merecendo atenção e proteção. Sua fragilidade requer cuidados especiais, dispensados pelo médico da família, pois é imperativo sua sobrevivência. A disparidade numérica entre negros e brancos no total da população também impunha essa preocupação com a criação/sobrevivência dos filhos das elites.

Isso era naquele tempo, outrora, tempo de reinados; de escravos e economia agro-exportadora; de sobrados e mucambos - início da urbanização das cidades.

Agora, nosso tempo é outro. Estamos no início da República, diante de uma escravidão "abolida", vendo se constituir o mercado de trabalho livre.

Muita coisa há nesse início: um governo republicano, mercado livre de trabalho, imigração européia, formação da classe operária brasileira, início da industrialização, movimentos sociais, reformas educacionais, reformas sanitárias, etc. etc..

Nosso estudo se situa nas primeiras décadas da república, a assim chamada "República Velha" (1889-1930) e privilegia o espaço social, econômico e político de São Paulo - pólo industrial em desenvolvimento, entreposto de mercadorias e força-de-trabalho, co

mo diria Bóris Fausto.² Assim explica-se o corte histórico que fizemos para a análise, apontando o estado de São Paulo como região que crescia assustadoramente.

Momento muito rico esse, vemos entrar na cena social novos atores, os "trabalhadores livres", num palco que se inaugura, a fábrica.

Esta composição cênica nos permite pesquisar e compor uma outra história, decorrência desta mais geral do desenvolvimento industrial do Brasil - a história da infância, percebida através de três discursos: industrial, operário e médico.

Veremos que no discurso de proteção à infância está presente a preocupação econômica - princípio da relação entre adultos e crianças.

Não são. Revelam-se também questões morais e políticas, localizadas dentro da "questão social", que emerge da conjuntura histórica aberta pelo movimento grevista de 1917-1920.

Neste quadro assistência, paternalismo e controle são figuras que se encaixam e se completam, dando cor e forma à estratégia de dominação capitalista que se experimenta.

1. SÃO PAULO: A CIDADE CRESCE (E UMA NOVA PAISAGEM APARECE)

Se a partir do Império a infância assume relevância, através de cuidados dirigidos aos infantes das elites, a partir da República o fenômeno se generaliza através da preocupação com as crianças das classes desfavorecidas (embora nem sempre a preocupação resulte em medidas práticas).

Assistimos, assim, uma inversão: no Império a atenção era voltada para a prole da elite - futuros dirigentes; na República que brota ao romper-se a escravidão e se vislumbrar o trabalho livre, a atenção é voltada para a prole dos trabalhadores, súditos das novas relações sociais de produção.

Tal inversão está localizada dentro de um contexto de profundas modificações políticas e econômicas por que atravessa o Brasil, entre fins do século XIX e início do século XX.

Politicamente, de "Império unitário" o país passa para uma federação largamente descentralizada onde as províncias, transformadas em estados, ganham maior autonomia administrativa, financeira e até política.³ No aspecto econômico, verifica-se a expansão das forças produtivas e o progresso material pautados, agora, em relações capitalistas de produção permanecendo, todavia, a característica agro-exportadora. Ademais, a indústria apresenta-se em pleno processo de crescimento.⁴

E, aspecto fundamental, se no Império a cidade apenas começa a se constituir espaço político, administrativo e financeiro importante, sobrepondo-se ao campo, com o advento da República a primazia da cidade é total, convertendo-se no centro de atividades e de lutas da vida nacional. É na cidade que assistimos o peso de todas as mudanças estruturais em andamento. É a cidade o grande "chamariz" para quem sonha construir vida nova.

Quem sonha construir vida nova?

Por um lado, temos o imigrante europeu que vem ao Brasil especificamente chamado para a fábrika, requisitado por sua qualidade técnica. Temos também o imigrante que ingressou no Brasil pa-

ra o trabalho agrícola, no apogeu da empresa cafeeira e que, agora, foge às duras condições impostas por esse trabalho e debanda à cidade, arriscando empregar-se nas fábricas.

De outro lado, há um enorme contingente de mão-de-obra nacional, recém-egressa da escravidão que, sem perspectivas no campo, busca melhores dias na cidade - o que, via de regra, não conseguirá pois a superioridade da força - de-trabalho estrangeira empurra-o à marginalidade.⁵

É pela "vida nova" que a cidade incha e sofre um processo de intensa urbanização, com a ampliação do mercado consumidor e a inserção de novos hábitos de consumo, impostos pela nova população.

Mas, de que cidade falamos? daquelas que, ou estão envolvidas no mecanismo de exportação do café ou estão envolvidas no processo de industrialização.

Neste nosso estudo privilegiamos o estado de São Paulo - que já em 1910 supera o Rio de Janeiro, assumindo a liderança da produção no país e, dentro dele, a cidade de São Paulo que conhece no período um desenvolvimento inigualável.

Isto posto, a cidade de que falávamos genericamente toma forma: é a cidade de São Paulo, no raiar do século XX que, com o aumento da atividade industrial, assume novas feições, ganha nova paisagem e nova população.

Compondo sua geografia despontam os primeiros bairros operários, localizados geralmente nas proximidades das estações ferroviárias, onde as novas indústrias estavam sendo implantadas, como os bairros do Brás, Bom Retiro e Moóca. Desta forma define-se "o

lugar" da população operária, na grande maioria imigrantes europeus, que se vai agregando ao redor das fábricas e pequenas oficinas:

"(...)delineia-se um ininterrupto suceder de pequenas habitações, quase sempre térreas e sem nenhum jardim à frente, geralmente geminadas (duas a duas, quatro a quatro), todas mais ou menos iguais, de estilo pobre ou indefinível. Estendem-se assim, em sua monotonia e em sua humildade, em filas intermináveis que chegam a ocupar quarteirões inteiros. No meio delas, porém, surge de quando em vez a pesada e característica fachada de uma fábrica ou, então, pequenas oficinas ou fabriquetas". (Petrone apud Fausto, 1986, p.19)

Despontam também, formando o contraste, em terrenos altos e saudáveis os bairros luxuosos como os de Higienópolis e Campos Elíseos, expressão dos empreendimentos e expansão da parte mais dinâmica da oligarquia do café. Esta, aberta a iniciativas industriais, comerciais e bancárias, passa a conviver mais com a cidade contribuindo no seu processo de urbanização.⁶

A definição "do lugar", pela localização espacial, traz consequências infinitas para a população trabalhadora e para sua família, concorrendo para o precário nível de vida que leva, como constatamos no relato:

"(...)nem um conforto tem o operário nesta opulenta e formosa capital. Os bairros em que mais se concentram por serem os que contêm maior número de fábricas, são os do Brás e do Bom Retiro. As casas são infectas, as ruas, na quase totalidade,

não são calçadas, há falta de água para os mais necessários misteres, escassez de luz e de esgotos". (Bandeira Jr. apud Pinheiro, 1981,p.31).

A cidade sofre a pressão do crescimento demográfico: falta habitação, o transporte é insuficiente e de alto custo, faltam serviços básicos à população como água, luz e esgoto. Denúncias começam a ser divulgadas por jornais que se colocam ao lado da população, tornando públicas as vexatórias condições dos bairros populares:

"A mesma rua Visconde de Parnaíba (no Brás) que está entre as principais, tem imundícies bastante(...)mas há calçadas e, com um pouco de boa vontade, nelas se pode caminhar. Noutras ruas as calçadas não existem e tanto em dia de chuva como em dias serenos as pessoas não podem transitar(...). Imaginai agora o cheiro de tais ambientes, onde várias vezes por dia entram pés tratados de tal forma(...)". (Fanfulla", 14 mar 1899 apud Pinheiro, 1981, p.24).⁷

"Na Barra Funda, ao invés, falta tudo. Até nas ruas principais não há um metro de calçamento, nem um palmo de calçada, nem um conduto subterrâneo, nem, enfim, um cano para água corrente que não esteja roto. Como resultado, a natureza, por conta própria, cavou fossas que margeiam os canais, o que levou os habitantes a construírem pequenas pontes primitivas para entrar na própria casa.(...) as latrinas são uma forma de buracos sem saída. E quando estão cheias são cobertas por pouca terra e não se abrem novas; o ar se torna pestilento e as febres dominam. A água que se bebe é impura e tem uma cor amarelada". ("Fanfulla", 16 mar 1899 apud Pinheiro, 1981,p.25).

Mesmo com denúncias e protestos, esses bairros continuam abandonados e esquecidos pelo poder público. A cidade não consegue absorver toda a massa que a compõe restando, para alguns - aqueles aproveitados pelo trabalho fabril, a vida comum dos casebres e cortiços; para outros - os desvalidos da sorte e do trabalho, a rua, a vadiagem, a prostituição, a mendicância ou a caridade de um ou de outro transeunte.

O alto custo de vida, a escassez de empregos (a mão de-obra é farta!), a inexistência de qualquer tipo de amparo social, de atendimento sanitário e educacional contribuem para aumentar o grau de miséria das classes desfavorecidas sendo sintomático o aumento, na mesma proporção, de crianças abandonadas e pobres.⁸ Estas elegem a rua como lar e escola e, quando sobrevivem, aplicam sobre a sociedade as lições que dela tomaram (diz-se que nos primórdios da república é crescente o grau de delinquência do menor).⁹

Muitas se empregam na fábrica juntamente com os pais ou em lugar destes, posto que a indústria emergente prima pelo trabalho infantil, como veremos a seguir.

2. NA FÁBRICA: AS CRIANÇAS SÃO BEM VINDAS

Observando a organização e a distribuição da atividade industrial, entendemos que as condições de vida do operariado refletem o sistema de trabalho. Não há legislação trabalhista, os salários são insuficientes, a disciplina no interior das fábricas é rigorosa, não raro castigos corporais são imputados aos aprendizes, havendo multas e cassação do descanso semanal.¹⁰

Outro agravante é o emprego de mulheres e crianças, absorvidas para o trabalho têxtil, principalmente. Sendo consideradas mão-de-obra inferior recebem salários menores que os dos trabalhadores homens e adultos. Duas consequências: aumenta a margem de lucro do empresário, com a super-exploração dessa mão-de-obra e faz aumentar o volume de força-de-trabalho disponível barateando-a e colocando na marginalidade a mão-de-obra masculina adulta.

O primeiro estudo detalhado das fábricas de São Paulo foi realizado em 1901, por Bandeira Junior, no qual deixa transparecer a questão da presença infantil no trabalho industrial:

"O corpo de operários no Estado de São Paulo eleva-se a número superior a 50 mil entre homens, mulheres e crianças, quase em sua totalidade italianos(...). É considerável o número de menores, a contar de cinco anos, que se ocupam em serviços fabris, percebendo salários que começam por duzentos réis;(...). " (Bandeira Junior apud Pinheiro, 1981,p.30-1).

É sobretudo a imprensa operária que denuncia essa ordem de coisas:

"As fábricas de tecidos de São Paulo são verdadeiras galeras que fazem vergonha à civilização brasileira. Nesses antros se explora, a sangue, centenas de meninos e meninas que arruinam sua saúde para guardar poucos tostões que os patrões lhes dão como esmolas(...). " (Avanti! 8 abr 1907 apud Pinheiro, 1981,p.47).

Outra não é a situação na fábrica de fósforos "A Paulicéia, onde "(...)estão empregados meninos e meninas de sete anos para cima e grande quantidade de mulheres. Os homens são ali muito poucos pois são preferidas as mulheres e as crianças que se sujeitam com mais facilidade a todas as ladroeiras". (A Luta Operária 4 mar 1908 apud Pinheiro, 1981,p.50).

Não precisamos muito para dar a conhecer a, já conhecida, presença infantil no processo de industrialização das primeiras décadas do nosso século. É ponto pacífico que esta presença atinge cifras elevadas, revelando que as poucas disposições legislativas sobre a matéria - como o Decreto Estadual nº 233/1894 que estabelece o Código Sanitário de S.P., regulamentando o trabalho industrial e o aproveitamento da mão-de-obra feminina e menor, ou o Decreto nº 21411/1911 que reorganiza o Serviço Sanitário do estado, proibindo o trabalho noturno de menores de 18 anos e o emprego de menores de 10 anos nas fábricas - não têm repercussão, sendo praticamente ignoradas pelos empresários.¹¹

A despeito de qualquer medida que se tenha esboçado nesse período, o trabalhador infantil continuou sendo massivamente empregado e, no mais das vezes, sofrendo uma exploração maior e mais violenta que a impingida ao adulto.

Certo é, também, que a industrialização no Brasil foi realizada em grande parte por esse "pequeno produtor", como se referiu Margarete Rago, que trabalhava tanto quanto os adultos e recebia bem menos - porque não era adulto!¹² Estabelecia-se assim, e já, uma relação entre desiguais, social e fisicamente.

Da inserção concreta de menores no trabalho produtivo emergem representações diversas sobre o caso. Numa perspectiva de classe, as representações se compõem pela defesa ou condenação do quadro, fazendo vir à tona uma tal concepção de infância.

3. POSSÍVEIS RESPOSTAS À QUESTÃO DA INFÂNCIA. TRÊS REPRESENTAÇÕES: INDUSTRIAL, OPERÁRIA E MÉDICA

3.1. A infância para os industriais

"empregando-se na indústria, a criança é protegida da rua, dos vícios, das seduções..."

Aos empresários a única reserva do emprego da mão-de-obra infantil refere-se às atividades que exigem qualificação. No mais, o aproveitamento é generalizado.¹³

Curioso é o fato de que o trabalho infantil é visto por muitos como um bem, à sociedade e à família, uma vez que rouba as crianças da rua perniciosa e imoral...

Ao se empregarem "(...)têm esses menores a vantagem, de adquirir hábitos de trabalho, aprendendo um ofício que lhes garante o futuro, ao passo que não aumentam a falange dos menores vagabundos que infestam essa cidade." (Bandeira Junior, apud Pinheiro, 1981,p.31).

É comum, também, a idéia de que os "(...)menores são aceitos em algumas fábricas, por empenho de seus pais, que desejam dessa maneira evitar que fiquem em abandono pelas ruas e sujeitos aos perigos da vagabundagem". (Boletim DET apud Moura,1982,p.90).

Mais que proteção da vagabundagem e delinquência, sem dúvida, o trabalho infantil significa, para a família, uma mísera (mas necessária) contribuição na minguada renda dos pais.

Empresários mais "humanistas", como Jorge Street, que concede em suas fábricas alguns benefícios aos operários, admitem até que o trabalho em tenra idade pode atrapalhar o desenvolvimento da criança. Nesse caso, Street admite a necessidade de escolas para a boa formação das crianças. Resultado: Como no Brasil não existem tais instituições que amparem a criança...melhor que trabalhe. Veja seu discurso sobre a regulamentação da jornada de trabalho e do trabalho do menor:

"Entre nós, esta legislação (educacional) prévia não existe ainda, nem tão cedo podem ser postas as necessárias escolas à disposição dessas crianças, para que elas aí possam ser recolhidas, pelo menos, durante algumas das horas em que os seus pais estão ocupados nos seus respectivos trabalhos. As crianças ficarão, pois, ao abandono, entregues a si mesmas, nas ruas, à disposição de todas as seduções e de todos os vícios, indo engrossar ainda mais o já tamanho número de abandonados e futuros delinquentes em tenra idade." (Street apud Pinheiro, 1981,p.179-80).

O argumento é perfeito! O discurso do trabalho justifica a introdução desmesurada de menores na indústria e ressoa, perante a opinião pública, o nobre sentido de amor e humanidade dos patrões que assim o fazem.¹⁴

Se trabalho é virtude, o que de melhor poderá ser oferecido para o enorme número de crianças desprotegidas que se apresen-

ta? O trabalho assim compreendido aparece como uma benfeitoria que beneficia a todos: aos pais - que têm sua renda aumentada e seus filhos protegidos e educados; aos patrões - que economizam ao empregarem uma força-de-trabalho não especializada e mais barata; ao Estado - que vê reduzido seu encargo para com a população miserável e, sobretudo, tem garantido a formação de hábeis trabalhadores e futuros cidadãos respeitáveis e obedientes (peça importante para a consolidação e fortalecimento da República).¹⁵

Ao justificar o trabalho infantil percebemos no discurso dos industriais uma preocupação dupla: com aquilo que a criança pode vir a ser e com aquilo que ela é. Ao que parece, a criança é encarada como um adulto em miniatura que tem tanto ou mais força que ele, já que é duramente explorada; um ser que não merece nenhum respeito, visto ser tratada com insultos, safanões e toda sorte de castigos; um ser que não tem caráter definido e comete erros, por isso é constantemente vigiada. Em resumo, um ser que não é, pois não tem direitos, nem liberdade, nem respeitabilidade.

No caso, ao fato de ser criança junta-se um agravante: ser pobre e operária. A marca de classe certamente impõe uma determinação da conduta para com ela, reduzindo-a a força-motriz, tão somente.

Esta condição, aos empresários, não demanda muita preocupação, é tranqüila, natural... Mas, o que preocupa muito é o seu desvio, os vícios da vagabundagem e delinquência.

O maior argumento levantado para defender o trabalho infantil é o da prevenção. Não ã-toa! O bando de indigentes, crianças sem domicílio, propensos desordeiros insubmissos, cresce vertiginosamente. Como garantir a ordem necessária ao desenvolvimento?

Onde encontrar o trabalhador ordeiro e dócil, com uma infância desditosa desse jeito?

É necessário conduzir o trabalhador desde já pelos caminhos da disciplina e obediência. O trabalho é o remédio ideal, como já apontamos no discurso dos patrões.

Claro está, entretanto, que a fábrica não absorve todo o contingente dos desvalidos, que continuarão sendo alvo de temores e preocupações - senão para a produção, para a ordem e a paz urbanas.

3.2. A infância para os operários

"O trabalho das crianças é um delito social"

O operariado, que se fortalece ao crescer seu contingente, impõe-se a partir das primeiras décadas do nosso século através de um movimento que, mesmo sem continuidade e com fraqueza de organização, tenta responder, enquanto classe operária, ao aumento do custo de vida, aos baixos salários, às más condições de trabalho, numa palavra - à degradação das condições de vida.¹⁶

As manifestações contra a exploração de menores constam também do movimento, sendo a imprensa operária o principal veículo de denúncia de tal exploração.

Nas denúncias contra o trabalho infantil podemos notar a expressão de um movimento no sentido da preservação da criança, como está visível nesse manifesto:

"Em vista do enorme aumento de número de menores empregados por comerciantes de carne humana no trabalho das fábricas e oficinas, onde são condenados a trabalhos excessivos, a jornadas prolongadas, tratados com brutalidade e castigados com chicote, em troca de uma recompensa irrisória, para cuja obtenção arruinam a saúde e sucumbem, vítimas de doenças contraídas com o trabalho e a miséria, numerosos companheiros, que de mais perto puderam constatar este fato revoltante, acreditaram de imperiosa necessidade iniciar uma campanha a favor destas vítimas do capitalismo explorador e tirano, para que não continuem a ser submetidos a este monstruoso regime de tortura". (Fanfulla, 11 mar 1917 apud Moura, 1982,p.105).

Utilizando as noções da criança frágil e inocente, o movimento proclama a sua defesa enquanto proclama sua retirada do espaço fabril e sua condução à escola. É na escola o lugar da infância que está em desenvolvimento.¹⁷ É a escola o lugar da necessária formação, proteção e educação da infância, pois da sua proteção depende o futuro e crescimento da classe.

A despeito da proposta "humanista patronal" da utilização do trabalho produtivo como princípio moralizador e formador da infância, a imprensa operária mostra a realidade imperante no interior das fábricas: um ambiente nada educativo e saudável, composto por maus tratos, insultos, espancamentos, castigos, onde falta iluminação e ventilação, existindo toda sorte de perigos que colocam em risco a saúde e a vida das crianças.¹⁸ Assim, em resposta a estratégia disciplinar e preventiva do trabalho fabril, o movimento aponta a proteção e a escolaridade como necessidades à preservação

da vida. Sobretudo aponta as precárias condições de vida da família trabalhadora como agravante da situação em que se encontra a infância operária.

Por isso reivindicam: a criança à escola, o homem adulto ao trabalho!

Dentro dessa concepção, em 1917, cria-se o "Comitê popular de agitação contra a exploração dos menores das fábricas", levado a efeito pelo Centro Libertário de São Paulo, com o apoio de diversas entidades.¹⁹

Em vários manifestos o Comitê, que dura alguns meses, procura ganhar a adesão da opinião pública, de médicos, educadores, autoridades sanitaristas e políticas, no sentido da preservação das novas gerações.

Ao definir os espaços escolar e familiar com mais propósitos à infância, a classe operária redefine o seu próprio: a fábrica. Ou seja, direcionando a criança para um novo espaço que não o fabril, garantem o espaço masculino-adulto do trabalho, uma vez que afastam a concorrência daquela mão-de-obra mais barata.²⁰

Mesmo antes da constituição do comitê contra a exploração da criança havia manifestações nessa direção:

"O trabalho das crianças não resulta em nenhum proveito à produção geral, e vem, ao contrário, concorrer para o total detrimento da sociedade. Nas fábricas há milhares de crianças que trabalham, mas fora há também milhares de homens jovens e fortes que não encontram trabalho. O trabalho das crianças é um delito social, um delito que os operários não deveriam permitir,

recusando-se a mandar às fábricas os seus pequenos". (II Piccolo, 31 dez 1908 apud Moura, 1982, p.114-5).

Notemos que a relação entre o adulto e a criança é estabelecida sobre uma base econômica. Cuida-se dos "pequenos" para que não ocupem o lugar dos "grandes", definindo as possibilidades de cada um. Desta forma determina-se que a criança não pode trabalhar pois não tem força nem habilidade e necessita de educação e proteção.

Mas há também uma base moral: a preservação da classe pois a criança fraca de hoje será o operário forte de amanhã.

Portanto, a imagem formada e o tratamento dispensado aos infantes, que conduzem a sua defesa, brotam de uma realidade concreta na qual a inserção do trabalho infantil denota um peso econômico determinante.

3.3. A infância no discurso médico

"Curar da criança é curar do engrandecimento pátrio"

O saber médico se impõe à sociedade, desde os tempos imperiais, como saber racional e científico, imprescindível para o progresso da nação. Aliado do Estado, assume maior grandeza com o advento da República.

A despeito de qualquer supervalorização do saber médico, lembremos que o Brasil figura, no início do século, a nível internacional, como "capital da peste" ou seja, um país tropical, abençoado por deus e pestilento por natureza... E isto não era nada

bom! Toda espécie de enfermidades aqui existentes, como a peste, a varíola e a febre amarela, acabava pondo em risco o bom termo do desenvolvimento de relações capitalistas de produção que se inauguravam, uma vez que afugentava a força imigrante, de que o país necessitava e também as transações comerciais, pela proibição de navios brasileiros aportarem em outros portos e de navios estrangeiros nos nossos.²¹

O crescimento dos centros urbanos inchados com uma superpopulação, composta de operários imigrantes e toda espécie de gente, como já vimos, com uma paisagem pobre pela presença de casebres e cortiços, falta de água, luz e esgoto, não é nem de longe um cenário capaz de representar a cena progressista de uma nova era.

Desta forma, impulsionada por razões econômicas antes que filantrópicas, a ação médico-higienista é ativada. Primeiro visando o controle das doenças e epidemias; segundo visando o controle do ambiente urbano e do padrão de higiene das classes populares.²²

Observemos que a ação desencadeada nesse momento se diferencia daquela executada durante o Império. Antes, a prática sanitária baseava-se na "teoria dos miasmas" - conhecimento "científico tradicional" que tem como objeto a intervenção no ambiente, sendo as doenças combatidas de forma normativa, aterrando águas paradas, limpando ruas e casas, purificando o ar.²³ No Império a ação foi dirigida essencialmente às elites.

Agora, na República, a prática sanitária está respaldada pelas modernas descobertas da microbiologia e bacteriologia, a "teoria pasteuriana dos germes", apontando que a origem das doen-

ças não estava nos focos de sujeira mas poderia emanar de toda parte. Com isso, todo indivíduo passa a ser suspeito de portar o micróbio e, portanto, converte-se no principal objeto de intervenção. Mas, não qualquer indivíduo... principalmente o das classes populares. Nesse momento a Saúde Pública recebe como atribuição "o enquadramento da habitação popular e vigilância sobre os modos e usos da cidade".²⁴

Neste "modos e usos da cidade" está implícita uma redefinição dos métodos de moralização dessa classe que crescia com a indústria, o proletariado, onde se institui um novo código de conduta. Mostra-se a necessidade de educar a população, mudando seus hábitos, preparando o trabalhador que a fábrica precisa e o cidadão reclamado pela República, ou seja, estender à população o "modelo imaginário de família criado pela sociedade burguesa".²⁵

Agora, nada de amontoados de gentes nos cortiços! Nada de promiscuidade que os casebres propiciam! Nada de crianças nas ruas! Nada de homens bebendo nos botecos! Nada de abusos, enfim!

Para tanto, a estratégia utilizada tem como pelas mestras: a promoção de um novo modelo de feminilidade - a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família e a preocupação com a infância, convertida em potencial riqueza da nação.²⁶

Defendendo a proteção à infância o médico Salles Pereira (1919) sugere justamente a divulgação de novos hábitos no trato à criança:

"(...) precisamos proteger nossa infância, organizando cruzadas que disseminem, vulgarizem e introduzam em todos os lares, noções práticas de

puericultura(...), instruindo as mães como devem criar seus filhos, confundindo-se assim, o interesse da Família com o da Pátria.

Si é na infância de hoje que repouzam as esperanças futuras da nação, cuidemos das crianças com zelo, com toda ciência para amanhã, eujeinizadas e sãs, elas sustentem melhor a Pátria". (Pereira, 1919, p.08-9).

O controle e a mudança dos costumes aparecem como solução ao problema das enfermidades e mortalidade infantil, sendo necessário "(...) mudar a mentalidade da população, melhorar as condições de vida das classes inferiores, modificar e praticar melhor as virtudes do lar". (Arruda, 1926, p.13).

A prática médica instala-se como saber único no cuidado à infância e à família, num combate à "sabedoria popular". É o que demonstra a sugestão de Barbosa Lima (1918): "Fugir dos conselhos das sábias comadres, das tias velhas, da visinha bisbilhoteira, do pharmaceutico da esquina(...) tal é o perigo que muita vez offerecem à ignorancia materna". (Lima, 1918, p.19. Grifo do autor).

Ao tratar da infância o discurso médico atinge duas dimensões: 1) econômica, na medida em que é defendida como "futura riqueza da nação"; 2) política, pois quando sugere assistência e proteção, luta contra a vadiagem, a rebeldia e a formação de espíritos desajustados, impondo a ordem.

Já sabemos do "caos urbano" de crianças abandonadas, maltrapilhas, desnutridas, delinquentes... Eis que é detectado o perigo - a rua, a grande escola do mal. É urgente, pois, que se previna o mal recolhendo as à institutos de proteção - idéia defendida

por Moncorvo Filho, no Rio de Janeiro, mas que não recebe apoio do Estado.

Entretanto, a idéia da prevenção-assistência-formação de um novo homem está presente enquanto intenção e figura central do discurso higienista, como vimos e como atestam as palavras seguintes:

"A proteção ao adulto representa a salvaguarda do presente; mas muito mais importante é a que se dispensar à criança. Esta, por uma educação bem dirigida virá a constituir o cidadão útil a si e à sociedade, e pela docilidade com que seu organismo obedece às imposições do meio é perfeitamente possível a governos inteligentes e bem intencionados preparar gerações de homens que, vivendo felizes, conduzam sua pátria aos destinos que ela merece". (Americano, 1924, p.04).

Interessante percebermos a idéia "os pequenos de hoje serão os grandes de amanhã", como se referiu Moncorvo Filho e como está fluente no discurso médico em geral, como uma idéia nacionalista. Nilson Costa explora a questão do nacionalismo estar presente nas práticas sanitárias de então, levantando como razão a afinidade do círculo intelectual médico-sanitário com as inquietações ideológica e cultural das classes médias urbanas. Cita um relatório da viagem de sanitaristas pelo Brasil, que pode demonstrá-la: "(...) para que qualquer forma de governo fizesse caminhar o país, era preciso que tivéssemos um povo, e o que tínhamos não era um povo, mas um estrume dum povo que ainda há de vir". (Neiva & Pena, apud Costa, 1985, p.84).

É também significativo o modo como o médico Barbosa Lima finaliza sua "tese": "No dia em que os governantes brasileiros qui zerem olhar com visão mais atenta para a infância de sua terra, nes se dia, estamos certo, este imenso país alevantar-se-á aos olhos do mundo com a grandiosidade admirativa dos grandes gigantes adormecidos para enfileirar-se de vez no concerto das nações civilisa das". (Lima, 1918, p. 66).

O discurso médico ajuda na empreitada da construção da brasilidade, na formação de "um povo brasileiro", por isso sua ação dirige-se às camadas populares.

É nesse sentido que afirmamos a inversão na atenção à infância: no Império às elites e na República às camadas populares. Mesmo que em intenção e críticas, a inversão se dá.

É! E, quanta distância entre intenção e gesto...

4. A INFÂNCIA NO QUADRO DA "QUESTÃO SOCIAL"

A falta de uma legislação adequada, a inexistência de qualquer amparo legal e assistencial para o trabalhador em geral e para a infância em particular, denota o "descaso" do governo para com a classe operária.

É já famoso o dito de Washington Luis, quando presidente do estado de São Paulo, sobre a questão social no Brasil: "a questão social é uma questão de polícia",²⁷ E, que verdade! Os conflitos urbanos são contidos a baionetas pela força repressiva estadual que, tendo sido herdada do Império, se fortalece sob o regime republicano.

A Força Pública Paulista é o "braço armado" através do qual a classe dominante afirma sua hegemonia.²⁸ A toda movimentação dos trabalhadores o governo responde com uma única reação: a repressão, materializada no reforço de tropas, prisões e processos de deportação.²⁹ Utilizando-se das forças repressivas o Estado pretende extirpar o conflito que cresce. Mas...

A partir da conjuntura histórica aberta pela greve geral de 1917, a qual se define "pela emergência de um movimento social de base operária, nos centros urbanos do país", pelo ascenso da classe operária e conseqüente alteração nas relações entre as classes e grupos sociais, a chamada "questão social" emerge e se torna objeto de debate.³⁰

Se estava no esquecimento a situação em que vivia o trabalhador e a maioria da população, a movimentação intensa dos dominados no período grevista de 1917-1920 reaviva a memória do Estado oligárquico e de outros grupos da sociedade, impondo soluções.

No debate, à procura de soluções, duas possibilidades surgem, segundo Bóris Fausto: "(...) de um lado tratar o problema operário como pura e simples subversão da ordem a ser enfrentada com medidas repressivas; de outro, buscar legitimá-lo, integrando os trabalhadores até certo ponto ao sistema vigente, através da outorga de um conjunto de direitos". (Fausto, 1986, p.217).

Embora a primeira possibilidade predomine, até 1930, a segunda começa a tomar contorno o que, para o período de monopólio do poder das oligarquias agrárias, podemos considerar um avanço.

A "questão social" surge e, com ela, o fortalecimento do patronato que se articula melhor - entre si e com as forças repres

sivas do Estado. Nessa articulação é que se ensaia um aperfeiçoamento legislativo e a ampliação de medidas que, resultado de confronto de forças antagônicas, oscilam entre a repressão e o paternalismo.³¹

Das medidas repressivas não é necessário falar... e o paternalismo fica por conta de medidas de caráter assistencial, "de 'concessões' como a instalação de armazéns, cooperativas, farmácias, restaurantes, escolas, vilas operárias, assistência médica junto às fábricas (...)" (Rago, 1987, p.34. Grifo da autora).

É nesse período que começam debates no Congresso acerca da regulamentação do trabalho da mulher e do menor. As críticas são levantadas, por poucos, defendendo o lar como o lugar próprio da mulher e da infância.

Nas discussões colocam-se os ideais da Pátria como argumento de defesa da mãe e de seus filhos - estes encarados como "reserva dos homens do Brasil". Eis um trecho do discurso do deputado Nicanor Nascimento:

"(...) sendo o homem o maior capital social de uma raça e de uma Pátria, o resguardo da capacidade dos nasciturnos, do seu potencial como produtor, como propulsor econômico, interessa profundamente à sociedade. A mãe que, parturiente, tem de andar à procura da subsistência para si e para o produto, há de necessariamente e inevitavelmente gerar um instrumento econômico menos válido do que aquela que está bem alimentada e tranqüila". (Nascimento apud Moura, 1982, p.128-9).

Diga-se porém que, malgrado os debates, críticas e oposições para regulamentação da matéria, ela não chega a ser votada.

Estamos diante daquela questão de intenções e gestos. Até 1930 assistiremos o progressivo aumento de intenções, identificadas pelos debates constituídos e pela propagação de idéias por parte de higienistas, movimento operário e, mesmo, órgãos estatais mas que, todavia, não se convertem em gestos concretos de proteção à infância.

Uma possível explicação para o fato reside na contradição que envolve a questão: a necessidade de se conciliar o trabalho fabril com os anseios sociais e cívicos de constituição de uma raça sadia - o povo brasileiro!

Vicente Pascarelli, em seu trabalho "Da proteção à primeira infância em São Paulo", relaciona o que se desenvolve em São Paulo, concretamente, em prol da criança.³²

Relaciona: CRECHE BARONESA DE LIMEIRA, fundada em 1911, situada à rua Vergueiro, desenvolvia os serviços de "gota de leite" - distribuindo gratuitamente leite esterilizado às crianças da primeira infância cujos pais, pobres, não podiam adquirí-lo de outra forma; creche - atendendo crianças até sete anos de idade, filhos de pais que não tinham condições financeiras de sustentá-las; consultório de lactentes. SANTA CASA, onde se desenvolvia serviço curativo como consulta e internação de crianças de 03 a 14 anos; esse serviço funcionava no Pavilhão Condessa Penteado, inaugurado em 1925. FUNDAÇÃO PAULISTA DE ASSISTÊNCIA A INFÂNCIA, criada em 1923, situada no Bom Retiro, com serviço de "gota de leite" e escola materna (crianças de 07 a 07 anos) com capacidade para setenta crian

cas; creche (06 meses a 06 anos) para vinte e oito crianças, mantida por religiosas. POLICLÍNICA, antiga instituição de caridade, fundada em 1895 e reaberta em 1920, oferecia assistência à infância doente do Brás, Belenzinho e Moóca. SECCÃO DE SERVIÇO DE PROTEÇÃO À PRIMEIRA INFÂNCIA E INSPEÇÃO DE AMAS DE LEITE, funcionando nas dependências do Serviço Sanitário Estadual, apresentava 1) consultório de lactentes e distribuição de leite e farinhas; 2) gabinete das nutrizes, para exame de candidatas à amas-de-leite; 3) serviço higiênico-social em domicílio, realizado por uma enfermeira; 4) serviço de propaganda de higiene infantil e conselhos às mães. SERVIÇO DE HIGIENE INFANTIL dos centros de saúde, que eram três - C.S. Modelo, C.S. do Brás e C.S. do Bom Retiro. Tinha como objetivo "(...) dar instrução sanitária às nutrizes ou futuras mães, crear facilidades para boa assistência sanitária às gestantes, às nutrizes e às crianças em geral; concorrer para formação de bons hábitos de hygiene das crianças em geral; concorrer para instrução sanitária à criança em idade escolar". (Pascarella, 1926, p.80).

O autor cita, ainda, a Creche da Vila Scarpa (antiga Maria Zélia, de propriedade inicial de Jorge Street, criada em 1918) mantida, a partir de 1923, pela Fábrica de Tecidos Scarpa. O estabelecimento, apontado como modelo, é uma exceção dentro da mentalidade e prática industriais. Foi a primeira creche industrial, idealizada por Street, o grande "pai-patrão" com uma visão aguçada das questões trabalhistas.

De modo geral, se analisarmos a localização espacial do serviço e o período de atuação, notaremos que tentam servir aos bairros populares, num período de efervescência social. Notaremos

também, no levantamento do autor, que são poucas mas representativas as instituições operantes na assistência à infância. Sobre tudo que, a uma diversidade de iniciativas corresponde uma relação comum - a preocupação com a infância operária e pobre.

A tônica dessas iniciativas está no seu caráter assistencial e, diríamos ainda, paternalista, confirmando-se como uma das tendências que responde à "questão social" sem repressão.

Assinalamos, porém, que aqui "questão social", paternalismo e controle são figuras que se encaixam e se completam como estratégias de dominação.

Senão, vejamos que o controle figura no centro das ações adotadas por aqueles patrões mais progressistas que percebem a necessidade de utilizar formas mais racionais de exploração da força-de-trabalho. O que significa, pois, a construção de vilas operárias com diversos "serviços" a sua população? Diz Bóris Fausto:

"(...) a arregimentação nas 'modernas aldeias' resultou em fonte adicional de poder dos empresários sobre os trabalhadores, a ponto de alcançar sua vida privada. Street impunha o toque de recolher às nove horas e a abstinência de bebidas fortes. Na Votorantim, (...) os gerentes impediam as uniões livres e obrigavam os operários a casar-se, sob pena de despedida". (Fausto, 1986, p. 117. Grifo do autor).

Essa parcela de industriais sensível às necessidades do capitalismo, entende que é preciso moralizar, educar, domesticar e formar um novo trabalhador - na fábrica e fora dela.

Este objetivo também coloca-se para o Estado e é perseguido através, principalmente, das investidas médico-sanitárias, que tanto mais se impõem quanto cresce o "caos urbano". Nesse quadro, a infância não é atingida em particular mas dentro da família como um todo.

Diga-se a propósito que a preocupação com a constituição da família brasileira é um dos pontos-chaves do movimento nacionalista, em evidência na Primeira República. Famílias mal formadas geram crianças também mal formadas, rebeldes, desajustadas e subversivas. A preocupação com a família é a preocupação com a própria ordem republicana.

Não há nação sem povo! e, parece, o Brasil carece de povo (principalmente São Paulo, que é uma "cidade estrangeira"). Resta a infância, posto que a criança de hoje será o adulto de amanhã e, neste, o povo/cidadão que a República necessita.

O problema está colocado e algumas providências são tomadas. Mas será após 1930, com o impulso da industrialização e com as transformações políticas sofridas, que a necessidade de atendimento à infância pobre e abandonada receberá efetivas providências.

Mas, 1930 é outra história...

CONCLUSÃO

Seguindo o princípio de que a infância não se define por uma natureza infantil universal mas sim através de uma condição infantil, concreta e particular, o que fizemos no estudo foi a apresentação de uma específica condição infantil: da criança pobre, sobretudo operária, num lugar e momento específicos - a cidade de São Paulo, na chamada República Velha (1889-1930).

Momento em que se travam novas relações de produção, pautadas no trabalho livre da lógica capitalista, esta criança aparece como peça fundamental para o processo de acumulação do capital.

Largamente utilizada no trabalho fabril, não parece que tenha algum outro valor que não o econômico.

Afora todo o discurso "humanista" dos industriais - "trabalho é virtude", fica estampada a super-exploração dessa mão-de-obra dócil e infinitamente mais barata e lucrativa. Mão-de-obra que serve enquanto tem força, saúde e disposição, sendo descartada, qual uma peça estragada, fora de tais condições.

Mesmo o discurso operário que se levanta em defesa da infância, apesar de conter razões morais e políticas (como a preservação da família, o futuro da classe, a luta contra o capitalismo em geral), apresenta-se, sobretudo, como uma razão econômica: a criança ocupa o lugar do homem adulto no trabalho fabril. Cumpre lutar para inverter tal situação.

No discurso médico, dirigido principalmente às camadas populares, fica evidente o aspecto econômico também, na medida em

que proclamam a infância (essa infância) "riqueza potencial da nação".

Ou seja, nas visões industrial, operária e médica, o aspecto econômico predomina, revelando-se o definidor das relações entre adultos e crianças.

Embora cresçam as denúncias e críticas sobre o abandono, físico e moral, em que se encontra a infância, principalmente a partir de fins da segunda década de nosso século, estas não se convertem em medidas efetivas para a sua proteção.

Os ideais nacionalistas, como a necessidade de formação de um povo, também se levantam no período para a "causa da infância". Porém, como já dissemos, figuram apenas como intenções as quais não se convertem em gestos concretos.

Não obstante toda a movimentação operária, médico-higienista e filantrópica em defesa da infância, os saldos são baixíssimos. Concretamente ela continuou sendo explorada, abandonada e desprotegida. Somente em outras condições econômica, política e social é que ela vai "merecer" esse amparo.

RESUMO

O estudo focaliza a condição infantil num momento em que entram em cena, na sociedade brasileira, os "trabalhadores livres". No Estado de São Paulo, período da República Velha, a história da infância é percebida através de três discursos: industrial, operário e médico. Nestes, está presente a preocupação econômica, revelam-se questões morais e políticas e um quadro de assistência, paternalismo e controle.

ABSTRACT

El estudio enfoca la condición infantil en el momento en el que entran en escena, en la sociedad brasilera, los trabajadores libres". En el Estado de São Paulo, período de la "Republica Velha", la historia de la infancia es percivida atraves de tres pontos de vista: industrial, operario y médico. En ello está presente la preocupación económica, se revelan las preguntas morales y políticas y un cuadro de asistencia, paternalismo y control.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. OSTETTO, L. Imagens da infância no Brasil escravocrata. São Carlos, UFSCAR, 1988, Mimeografado.
2. FAUSTO. Trabalho urbano e conflito social. S.P., DIFEL, 1986.p. 16.
3. PRADO JR.. História econômica do Brasil. S.P., Brasiliense, 1987.p.218.
4. CARONE. A República Velha. R.J., Bertrand Brasil, 1988.p.75.
5. FAUSTO. op. cit., 1986.
6. CARONE. op. cit., 1988,p.156.
7. FANFULLA era um jornal diário de língua italiana, que começou a ser publicado em 1893; era um firme defensor da população italiana de São Paulo. (Ver Pinheiro, 1981,p.23).
8. KISHIMOTO. A pré-escola em São Paulo. S.P., Loyola, 1988,p.44.
9. MOURA. Mulheres e menores no trabalho industrial. Petrópolis, Vozes, 1982.p.28.
10. PINHEIRO. O proletariado industrial na primeira república. In: FAUSTO. História Geral da civilização brasileira. S.P., DIFEL, 1985. Tomo III, vol.02,pp.148.
11. FAUSTO. op. cit., 1986,p.224.
12. RAGO. Do cabaré ao lar. R.J., Paz e terra, 1987.p.145.
13. MOURA. op. cit., 1982,p.36.
14. RAGO. op. cit, 1987, p.136.

15. Idem, ibidem.p.139.
16. PINHEIRO. op. cit., 1985,p.152.
17. RAGO. op. cit., p.136.
18. Idem, ibidem.p.138.
19. MOURA. op. cit., 1982,p.104.
20. RAGO. op. cit., 1987, p.142.
21. COSTA. Lutas urbanas e controle sanitário. Petrópolis, Vozes, 1985.
22. Idem, ibidem,p.19.
23. Idem,ibidem,p.34.
24. Idem,ibidem,pp.40-1.
25. RAGO. op. cit., p.61.
26. Idem,ibidem,p.62.
27. "A BATALHA", Lisboa, 10 out 1925. In: PINHEIRO. A classe operária no Brasil.(documentos). S.P., Brasiliense, 1981.p.133.
28. FERNANDES. In: FAUSTO, op. cit., 1985,p.244.
29. PINHEIRO, op. cit., 1985.p.158.
30. FAUSTO. op. cit., 1986,pp. 158-9.
31. RAGO. op. cit., 1987, pp.32-3-
32. PASCARELLI. Da proteção à primeira infância em São Paulo.FMSP, 1926. cap.II.